



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

ANERITA OLIVEIRA DE ALMEIDA NETA

**UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA EM UMA
COOPERATIVA DE CRÉDITO**

**CRUZ DAS ALMAS
2018**

ANERITA OLIVEIRA DE ALMEIDA NETA

**UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA EM UMA
COOPERATIVA DE CRÉDITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão de Cooperativas.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Eliene Gomes dos Anjos

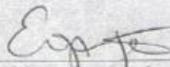
**CRUZ DAS ALMAS
2018**

ANERITA OLIVEIRA DE ALMEIDA NETA

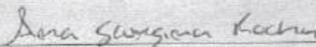
UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA EM UMA
COOPERATIVA DE CRÉDITO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado ao Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, no Curso de Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Tecnóloga em Gestão de Cooperativas, outorgado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

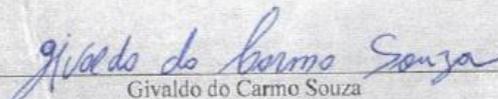
Aprovada em 23 / 08 / 2018



Prof.^a Dr.^a Eliene Gomes dos Anjos (Orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Prof.^a Dr.^a Ana Georgina Peixoto Rocha
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Givaldo do Carmo Souza
Cooperativa de crédito Rural ASCOOP Itapicuru

CRUZ DAS ALMAS
2018

UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Autora: ALMEIDA NETA, Anerita Oliveira de¹.

Orientadora: ANJOS, Eliene Gomes dos².

RESUMO

O presente trabalho analisa a experiência da educação cooperativista em uma Cooperativa de Crédito. Buscou compreender a concepção sobre a educação cooperativista que norteia a cooperativa; entender o processo de formação dos colaboradores e dos associados; verificar a percepção dos sócios sobre a proposta de educação cooperativista e, por fim, verificar se entre os associados que tiveram acesso às atividades de formação, havia uma participação mais efetiva no cotidiano da organização. Para tanto, optou-se pelo estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito situada em Governador Mangabeira, na Bahia. Foram 17 entrevistas, a partir de um roteiro semiestruturado, além do diário de campo elaborado com as observações realizadas na cooperativa durante os períodos de estágios da pesquisadora. As análises revelaram que a Cooperativa de Crédito necessita desenvolver atividades de formações contínuas para seus sócios, a fim de promover a educação cooperativista; desmistificar o fato da Cooperativa de Crédito não ser um banco e estimular a participação para que assim possa efetivamente praticar a autogestão.

Palavras-chave: Educação Cooperativista, Participação, Cooperativa de Crédito.

¹ Graduanda em Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com Programa Sanduíche na Universidade de Valência, na Espanha. Mestrado (2005) e Graduação (1998) em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma hierárquico das organizações para construção desta pesquisa.	21
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Identificação dos sócios/as da Cooperativa..	22
Tabela 2: Identificação dos/as Funcionários/as e Dirigentes da Cooperativa.....	23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: UM PRINCÍPIO A SER ASSEGURADO.....	8
3 PARTICIPAÇÃO, AUTOGESTÃO E DEMOCRACIA.....	13
4 A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO	17
4.1 As cooperativas de crédito	17
4.2 O estudo de caso de uma Cooperativa de Crédito.....	20
4.3 Perfil dos/as entrevistados/as	21
4.4 Caracterização da Cooperativa	24
4.5 O processo da educação cooperativista	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE 1	38
APÊNDICE 2	40

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas devem proporcionar educação e treinamento aos seus cooperados e colaboradores a fim de contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Dentre os sete princípios do cooperativismo a “educação, formação e informação” é considerado um dos princípios mais importantes e indispensáveis para o cooperativismo, porém algumas instituições cooperativas, principalmente as Cooperativas de Crédito, por competir com grandes instituições financeiras, tendem a se distanciar ou não executar atividades que propaguem o cooperativismo e seus princípios.

Nessa perspectiva de análise, a pergunta que motivou a pesquisa foi: como é o processo de educação cooperativista em uma Cooperativa de Crédito? Quanto aos objetivos, o principal se constituiu em analisar a experiência da educação cooperativista em uma Cooperativa de Crédito. Já os objetivos específicos buscam compreender a concepção sobre a educação cooperativista que norteia a cooperativa; entender o processo de formação dos colaboradores e dos associados; verificar a percepção dos sócios sobre a proposta de educação cooperativista da Cooperativa de Crédito e, por fim, verificar se entre os associados que tiveram acesso às atividades de formação, se havia uma participação mais efetiva no cotidiano da organização.

A cooperativa estudada localiza-se no município de Governador Mangabeira e possui um ponto de atendimento no município de Cabaceiras do Paraguaçu, ambos no Recôncavo da Bahia. A escolha do empreendimento se deu no período de estágio supervisionado da pesquisadora em 2017, quando os colaboradores que faziam parte da direção da cooperativa na época asseguraram existir atividades de educação cooperativista para os sócios e funcionários. Afirmaram, ainda, que esta prática era o diferencial da Cooperativa de Crédito para com as suas congêneres. Concomitante, a escolha do tema se deu no decorrer do curso de graduação, onde a educação cooperativista é um tema muito discutido em sala de aula. Porém observou-se na prática que a falta de participação dos sócios no empreendimento era sempre deficiente por consequência da falta do trabalho de educação cooperativista.

Para isso, este estudo utilizou uma abordagem qualitativa, com um caráter descritivo e exploratório. Concomitante, realizou-se um levantamento bibliográfico para a construção do referencial teórico com dados secundários e coleta de dados primários para análise e elaboração dos resultados. Para a coleta desses dados, utilizou-se o diário de campo elaborado a partir das observações realizadas durante o estágio supervisionado em uma organização social parceira da Cooperativa de Crédito, no período de julho a setembro de 2017. Além disso, no diário de

campo também se encontra os relatos oriundos das vivências no estágio remunerado na cooperativa objeto da investigação, que foi iniciado em janeiro de 2018 até o presente momento.

Além disso, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas, uma aplicada á 10 (dez) cooperados e outra aplicada aos 05 (cinco) funcionários e 02 (dois) diretores da Cooperativa de Crédito. Estas entrevistas foram gravadas, transcritas e o conteúdo analisado na perspectiva teórica dos autores estudados. Para a identificação dos/as entrevistados/as optou-se por utilizar nomes fictícios, tanto para preservar a identidade dos/as entrevistados/as, como para manter a humanidade desses sujeitos e ser mais fiel à realidade estudada.

Quanto à estrutura desse artigo, além dessa introdução, nos próximos itens estão o referencial teórico que consiste em um debate em torno da educação cooperativista e seus pressupostos. Em seguida uma reflexão sobre as conexões entre participação, democracia e autogestão. Na seção seguinte, dedicada à análise dos dados primários, apresenta-se uma breve caracterização do cooperativismo de crédito, para, logo em seguida, discorrer sobre a Cooperativa de Crédito que se constituiu no caso estudado. Por fim, as considerações finais que resumem as principais reflexões desenvolvidas durante a pesquisa.

2 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: UM PRINCÍPIO A SER ASSEGURADO

A educação cooperativista é vital para qualquer instituição, mas, sobretudo, para as cooperativas torna-se imprescindível. Segundo Schneider (2003), esta modalidade de educação é indispensável nas organizações cooperativas, pois é através dela que as pessoas passam a conhecer melhor o empreendimento qual pertence e se adequar a essa realidade. Sua relevância é tanta que o quinto princípio do cooperativismo orienta sua prática: “Educação, formação e informação”.

As sociedades cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de maneira que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa, informando o público em geral sobre a natureza e as vantagens da cooperação, de acordo com a Organização da Cooperativas Brasileiras – OCB (2016). Considera-se que sem essas atividades, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema capitalista e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito.

Um instrumento importante criado para fortalecer a educação cooperativista foi o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, utilizado para fomentar a educação e a capacitação técnica dos associados, como também dos seus familiares, pois o fundo é indivisível entre os sócios.

A lei 5.764/71, capítulo VII, parágrafo II, referente aos fundos, institui que:

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. (BRASIL, 1971, p.6.)

Segundo Vieira e Ricci (2007) a educação e a capacitação do sócio são exigências essenciais para que ele possa entender a natureza do empreendimento cooperativo, uma vez que o sócio assume responsabilidades no empreendimento e pelo empreendimento. Cabe a ele gerir o empreendimento por meio dos órgãos competentes, garantindo a idoneidade civil e comercial diante de outros agentes econômicos e a sociedade em geral.

Schneider (2003) afirma que “educar para cooperar é uma tarefa difícil, pois as pessoas nascem, crescem e vivem num contexto de concorrência, de individualismo, do crescimento deixando os outros para trás.” (p. 14). Analisando o contexto histórico, o qual a competição e o individualismo prevalecem em nossa realidade, desde o dia do nosso nascimento; na escola, no trabalho, no vestibular, estamos sempre em disputa contra a sociedade, a economia e a desigualdade. Para que haja uma mudança nesse contexto, deve-se realizar um trabalho árduo de desconstrução desses pensamentos, porém o autor complementa que “não se consegue mudar uma situação de concorrência para uma situação de ajuda mútua de uma hora para outra. Desencadeia-se um processo, cujo resultado geralmente só se obtém a longo prazo.” (p. 14).

Vieira e Ricci (2007) defendem que a educação cooperativista é um processo complexo e longo que promove a sobrevivência do empreendimento cooperativo no mercado de concorrência com o aprimoramento organizacional e humano. Esse processo deve ser construído diariamente e continuamente revisto e renovado. Afirma ainda que a educação cooperativista “deve ser entendida como um dos principais princípios do movimento cooperativista, fator de desenvolvimento da cooperativa e direito do cooperado.” (p. 06).

A educação cooperativista é uma ferramenta importante e indispensável que deve ser trabalhada com associados de empreendimentos cooperativos, como também, os funcionários e dirigentes. Esse trabalho desempenha relações de ajuda mútua, gerando um relacionamento eficiente entre cooperativa e cooperado. Assim Schneider (2003) assegura que:

Os conteúdos da educação cooperativa devem levar em conta tanto a formação cooperativista quanto a prática da cooperação, com suas metodologias e estilos adequados de condução do processo cooperativo. A educação doutrinária é fundamental, pois é ela que, por meio dos seus valores e princípios, dá sentido a todo processo, que compõem a cooperativa. É o trabalho sobre os valores e os princípios do cooperativismo que cria entre os

agentes da cooperação a afinidade mental e afetiva que os motiva a cooperar e a continuar cooperando. (SCHNEIDER, 2003, p. 14).

Considerando a importância da educação cooperativista, Lago (2008) traz em sua pesquisa o programa de educação cooperativa “A União Faz a Vida” do Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI que foi implantado em 1995 com o intuito de formar cidadãos conscientes, solidários e futuras lideranças cooperativas. Considerando que o cooperativismo está baseado em sete princípios, o programa baseou-se em dois, o 5º princípio e o 7º, que são respectivamente, educação, formação e informação e compromisso com a comunidade.

Com este programa, o SICREDI tem como objetivo disseminar a cultura da cooperação e a práticas ambientais e empreendedorismo, pois, entende-se que a cooperação não pode ser simplesmente ensinada e aprendida. Precisa ser desenvolvida, praticada e construída no dia-a-dia das pessoas. Na visão empreendedora, aprender fazendo será a melhor lição que os educandos levarão para o seu futuro pessoal e profissional (SICREDI, 2007 *apud* LAGO, 2008, p. 9).

A proposta metodológica do programa consiste da busca de uma atuação interdisciplinar, com o objetivo de sensibilizar e educar as pessoas para o cooperativismo, através da implantação de uma disciplina de cooperativismo junto ao currículo das escolas de ensino fundamental, desenvolvendo assim, atitudes e mentalidades solidárias de ajuda mútua e de cooperação.

Lago (2008) destaca alguns importantes resultados originados após a implantação do projeto:

Maior integração entre alunos, alunos e professores, professores e seus colegas e entre a escola e a comunidade; valorização e aperfeiçoamento do processo educativo, através de uma nova dinâmica metodológica de ensino; mudança de mentalidade e fator motivacional para professores e alunos; melhoria nas condições físicas das escolas através de ações cooperativas em conjunto com a comunidade; co-responsáveis pela diminuição do índice de repetência e evasão escolar na rede de ensino, nos municípios onde o programa está implantado. (LAGO, 2008, p. 14-15).

Sobre o programa “A União Faz a Vida” o autor conclui que se visualiza uma ação com bases sólidas de educação para a cooperação, não se trata de apenas incluir disciplinas de cooperativismo nas escolas, mas utilizar a interdisciplinaridade como forma de solidificar e disseminar a cultura da cooperação e a prática do empreendedorismo. “Assim, o programa que também se caracteriza pela sua natureza sistêmica insere outros aspectos, como a saúde, alimentação, segurança e bem estar social.” (LAGO, 2008, p. 16).

Nesse aspecto, Lago (2008) considera que:

[...] a educação cooperativa como ação continuada por parte das cooperativas precisa ser retomada de forma abrangente no cooperativismo, pois, somente assim garantir-se-á o desenvolvimento pleno e duradouro do cooperativismo e da cooperação como prática cotidiana. (p.16).

Schneider (2003) ressalta que a educação cooperativista é processual, pois as pessoas não deixarão a lógica da individualidade para migrar para a cooperativa pelo simples fato de se inserirem em uma sociedade de pessoas que tem objetivos em comum. Com essa perspectiva, o autor identifica alguns problemas que devem ser considerados nas propostas de educação das cooperativas, conforme segue descritos em sequência abaixo:

- a) A consciência das etapas na história da administração das cooperativas; segundo Schneider (2003), refere-se às características das práticas de gestão de cada cooperativa que se diferenciam de uma para outra, e ainda o autor explana que:

Peculiaridades como o tipo, o tamanho, o nível de educação dos cooperado, o estágio de desenvolvimento da cooperativa, influenciam no nível de participação dos sócios na Assembléia, no Conselho de Administração e Fiscal, ou em qualquer outra atividade em que o sócio participe como coproprietário. (SCHNEIDER, 2003, p. 45).

b) Falta de participação do sócio: geralmente um dos principais problemas consiste em o sócio ser dono do empreendimento, porém não se sentir como tal e, por conta disso, não participa. “A participação do sócio na cooperativa deve ser vista como um dever e como um direito.” (SCHNEIDER, 2003, p. 46).

c) O ambiente pouco participativo das assembleias gerais: normalmente as assembleias gerais ordinárias por conta da lei que obriga a sua realização, se torna algo com caráter formal e protocolar, numa linguagem pouco acessível à maioria dos associados dificultando assim, a participação dos sócios. “Por isso, em geral a assembleia geral oferece um ambiente pouco adequado à participação.” (SCHNEIDER, 2003, p. 47).

d) Infidelidade do sócio: “o sócio só participa quando vê vantagem.” (SCHNEIDER, 2003, p. 48). É comum a infidelidade principalmente nas cooperativas agropecuárias, os sócios preferem entregar seus produtos onde o preço esteja maior, muitas vezes deixam de abastecer a cooperativa para vender a mercados concorrentes, no intuito de ganhar mais, mesmo que seja momentâneo. Outra razão é o sócio não se identificar como beneficiário e responsável pelos serviços da cooperativa.

- e) A relação entre poder e saber:

Para o controle democrático funcionar na cooperativa, deve imperar um regime de liberdade, de reunião, de opinião, ou de voto, relativo à inserção no

mercado e no processo de gerência dos negócios, onde as limitações que se colocam sejam apenas as derivadas das necessidades do fim do coletivo. (SCHNEIDER, 2003, p. 48).

f) Necessidade de sobreviver em meio a concorrência, ou de servir ao sócio, “com a globalização da economia, aumenta a concorrência entre as empresas. Estas, para sobreviver, terão que modernizar-se e implementar novas formas de gestão.” (SCHNEIDER, 2003, p. 49). Considerando que as cooperativas possuem função social e comercial, se optarem a servir apenas ao cooperado nas suas necessidades, estão em desvantagem, ao terem que concorrer com poderosas empresas que seguem exclusivamente a lógica do mercado e do lucro.

g) Pouca flexibilidade nas decisões: “o caráter democrático das cooperativas pode diminuir a flexibilidade e a rapidez das cooperativas.” (SCHNEIDER, 2003, p. 49). Os gerentes podem tomar decisões diárias com rapidez, porém decisões importantes e de longo alcance são da alçada da assembleia geral.

h) Os impasses da capitalização: “a capitalização da empresa é uma das principais desvantagens das cooperativas em relação às demais sociedades comerciais.” (SCHNEIDER, 2003, p. 50). Na cooperativa o sócio é remunerado na proporção de suas operações com a organização, já nas empresas concorrentes a remuneração é de acordo com a quantidade de capital investido, fazendo com que a cooperativa não seja a melhor opção de retorno para os investidores de capital.

i) Controle estatal: “é de suma importância a participação do Estado no fomento a cooperativas.” (SCHNEIDER, 2003, p. 50). O papel do estado deve se limitar ao encorajamento, dar provas de atitudes amigáveis, e as vezes colaborar financeiramente, mas nunca querer dirigir, dominar ou interferir.

j) Intercooperação: um dos princípios adotados pela aliança cooperativa internacional, porém os resultados obtidos desde então estão longe dos esperados “as empresas capitalistas se integram mais rápida e efetivamente que as cooperativas.” (SCHNEIDER, 2003, p. 51).

k) A relação entre gerência e conselho administrativo: “na administração das empresas cooperativas, a gerência e o conselho de administração possuem funções distintas, por isso é aconselhável que um não interfira no trabalho do outro.” (p. 51).

l) O menosprezo pela educação/capacitação cooperativa; a educação cooperativista é um dos pilares do cooperativismo, “ela é a mola mestra, o pré-requisito para que a cooperativa cumpra com todas as suas funções sociais. Porém se na teoria se exalta a importância da educação, na prática pouco se faz a favor da mesma.” (SCHNEIDER, 2003, p. 52).

Analisando os desafios apresentados pelo autor, nota-se que a educação cooperativista, além de ser ponto chave para solucionar problemas na organização, é uma ferramenta essencial para motivar a participação dos cooperados, pois sem participação não existe autogestão, o que resultaria na deturpação da filosofia cooperativista. Partindo dessa concepção, na próxima seção far-se-á uma reflexão sobre os temas participação, autogestão e democracia para verificar possíveis conexões com as experiências educativas/formativas do caso objeto da pesquisa.

3 PARTICIPAÇÃO, AUTOGESTÃO E DEMOCRACIA

Quando falamos em participação, lembramo-nos de dois princípios do cooperativismo: 1) “controle democrático dos sócios” e 2) “participação econômica dos sócios”. O primeiro responsabiliza os associados pela organização das atividades, pelas tomadas de decisão e ressalta o poder de participação ao instituir a relação “um homem um voto”. Já o segundo se refere à questão do capital o qual todos são donos e têm, portanto, direito a participar dos rendimentos e das decisões sobre a sua destinação (OCB, 2016).

Segundo Bordenave (1985) a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde. A participação é o caminho natural para o homem demonstrar sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

Vieira e Ricci (2007) consideram que a participação do cooperado comprometida e solidária é uma forma de praticar a educação através do convívio com a sociedade. Nessas condições o autor ressalta a importância da participação:

Deve-se trabalhar a própria participação do cooperado em sua cooperativa. Essa participação consubstancia-se a partir da decisão e atuação dos associados para as transformações de suas condições de vida, sendo um processo pelo qual os mesmos envolvem-se na solução de problemas comuns, recusam o autoritarismo, neutralizam manipulações, fortalecem seu poder decisório, desenvolvem conhecimento, sistematizam experiências, desencadeando ações concretas no plano econômico, social, político. (VIEIRA; RICCI, 2007, p. 06).

Bordenave (1985) assegura que existem diversas maneiras de participar e estas são caracterizadas em tipos, graus e níveis de participação. Sobre os processos de micro e macro

participação o autor apresenta a diferença entre esses níveis. A microparticipação se trata da associação voluntária de duas ou mais pessoas que pretendem se unir por um bem comum, não apenas no intuito de benefícios pessoais, como nas associações comunitárias. A macroparticipação também chamada de participação macrosocial abrange a sociedade como um todo, onde todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira igualitária.

Na análise das diferentes maneiras de participar Bordenave (1985) conclui que há cinco tipos possíveis de participação, sendo eles:

a) Participação de fato: é o primeiro tipo de participação, como explica o autor:

[...] desde o começo da humanidade, os homens tiveram uma participação de fato, quer no seio da família nuclear e do clã, quer nas tarefas de subsistência (caça, pesca, agricultura), ou no culto religioso, na recreação e na defesa contra os inimigos. (BORDENAVE, 1985, p. 27).

b) Participação espontânea: leva as pessoas a criarem grupos sem organização estável ou propósitos claros e definidos que, na maioria dos casos, é apenas por necessidades psicológicas de pertencer, expressar-se, obter reconhecimento, dentre outras. (BORDENAVE, 1985).

c) Participação imposta: ocorre quando a pessoa é obrigada a fazer parte de algum grupo e realiza atividades que são indispensáveis, como por exemplo, as tribos indígenas que obrigam jovens a se submeterem a cerimônias de iniciação e rituais de passagem, ou quando nas nações modernas, obrigam-se os jovens a fazer parte do exército e da disciplina escolar, como também é obrigatório o voto nas eleições.

d) Participação voluntária: de acordo com o autor “o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho.” (BORDENAVE, 1985, p. 28). Esse tipo de participação baseia as associações profissionais, cooperativas, partidos políticos e, podemos incluir também, a participação em um negócio como sócio. Porém, a participação voluntária nem sempre surge como iniciativa dos componentes do grupo, muitas vezes é instigada por agentes externos com objetivos previamente estabelecidos, a fim de alcançá-los, e pode ser chamada de participação provocada, dirigida e/ou manipulada. De acordo com o autor, existem alguns tipos de participação (mais ou menos institucionalizadas), são elas: “a extensão rural, o serviço social, o desenvolvimento de comunidades, a educação em saúde, os trabalhos de pastoral, a agitação-propaganda.” (BORDENAVE, 1985, p. 29).

e) Participação concedida: para o autor, esse tipo de participação ocorre “onde a mesma viria a ser a parte de poder ou de influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmos e seus superiores.” (BORDENAVE, 1985, p. 29). Inclusive, a participação nos lucros, concedida por algumas empresas a seus trabalhadores, também está enquadrada neste tipo de participação.

Além dos tipos de participação, Bordenave (1985) apresenta os graus e níveis de participação em uma organização ou grupo, mostrando o grau de domínio dos membros sobre as decisões e como são importantes as deliberações de que se pode participar. O autor conceitua, em ordem crescente, sete graus em que a participação pode chegar às organizações. São eles:

O primeiro grau de participação, também considerado o menor deles é o de informação, ocorre quando os dirigentes informam sobre as decisões já tomadas aos membros. Em alguns casos, a reação dos membros às informações recebidas é levada em consideração, já em outros, o direito de reação não é aceito pelos superiores.

O segundo é a *consulta facultativa*, onde “a administração pode, se quiser e quando quiser, consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema.” (BORDENAVE, 1985, p. 31).

O terceiro é a consulta obrigatória, quando “os subordinados devem ser consultados em certas ocasiões, embora a decisão final pertença ainda aos diretores. É o caso da lei que estabelece a negociação salarial entre patrões e operários.” (BORDENAVE, 1985, p. 31-32).

O quarto é a elaboração/recomendação, considerado um grau mais avançado de participação, “na qual os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita, mas sempre se obrigando a justificar sua posição.” (BORDENAVE, 1985, p. 32).

O quinto é a co-gestão, “na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade.” (BORDENAVE, 1985, p. 32). Para tomadas de decisões são usadas as formas colegiadas, como comitês, conselhos, entre outras.

O sexto é a delegação, é um grau onde a administração decide os limites onde os administradores têm poder de deliberação, “ora, para que haja delegação real os delegados devem possuir completa autoridade, sem precisar consultar seus superiores para tomarem as decisões.” (BORDENAVE, 1985, p. 32).

O sétimo e o mais alto grau de participação é a autogestão, “na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a autoadministração.” (BORDENAVE, 1985, p. 32-33). A

autogestão é uma característica básica de empreendimentos coletivos, formados pelas pessoas e para as pessoas, e administrados democraticamente.

Observando os tipos, graus e níveis de participação apresentados pelo autor, entende-se que a autogestão é a forma de gestão mais democrática e justa a ser aplicada aos empreendimentos coletivos e solidários. Acompanhada da participação voluntária, essas organizações têm maior chance de sobrevivência, pois todos os envolvidos estão por livre e espontânea vontade a fim de atender os objetivos comuns do grupo. Porém, para analisar as maneiras de participar, necessita-se considerar o contexto histórico, em muitos casos as formas de participação são estabelecidas por uma concessão camuflada, as quais não permitem que os cidadãos deixem de ser explorados e manipulados por um sistema dominante. Além disso, a participação exigida nos empreendimentos coletivos não é inata aos envolvidos, ela somente se tornará realidade se for resultado de um processo educativo e formativo.

Na concepção de Singer (2002), as práticas que caracterizam as empresas solidárias, denominadas por ele de autogestão, expressam a democracia pela participação dos trabalhadores associados nos rumos da organização e a superação da separação entre o trabalho intelectual, o planejamento, do manual, a execução. Contrapõe essa modalidade de gestão à heterogestão que a caracteriza como uma forma de administração hierárquica, formada por níveis de autoridades, onde as decisões e ordens vem de cima para baixo. Os trabalhadores localizados no nível mais baixo não dispõem do poder de decisão, apenas recebem as informações necessárias a fim de cumprir com suas tarefas. Na autogestão é necessário que todos os sócios se informem do que acontece no empreendimento e das alternativas disponíveis para solucionar os problemas, pois, além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada sócio deve se preocupar com os problemas gerais da organização.

Considerando que a autogestão se dá através da participação democrática de todos os envolvidos, Mothé (2009) analisa as diferentes formas democráticas de trabalhar a autogestão. A primeira é a democracia direta formada por um sistema em que voluntariamente, sem receberem remuneração, sem recorrerem a intermediários, os agentes discutem e decidem sobre assuntos importantes em assembleias, que devem acontecer de acordo com a disponibilidade dos envolvidos.

Em seguida temos a democracia representativa, os cidadãos votam em uma minoria de mandatários remunerados, encarregados de representá-los em instâncias decisórias de governos nacionais e locais, como também em outras instituições de caráter representativo e em conselhos de administração nos empreendimentos coletivos. Na democracia participativa, apresenta-se uma forma mínima de autogestão, consiste em convocar assembleias com os

envolvidos, contendo um tema a ser discutido, porém o papel das assembleias é apenas consultivo e a participação é viabilizada pelos dirigentes aos executantes. E, por último, o autor explica que a democracia radical é uma forma ampliada da autogestão, os atores do processo devem discutir e decidir (através do voto), sobre leis e regras administrativas de sua importância, no que implica em diminuição de condução dos dirigentes, tornando maior o poder direto do cidadão.

A democracia e a autogestão devem andar emparelhadas de forma que as pessoas envolvidas no sistema cooperativista se sintam pertencentes e empoderadas, sejam participantes do empreendimento, que não tenham medo da liberdade e que não abram mão da sua autonomia, pois segundo Bordenave (1985) “[...] Democracia é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Democracia é um estado de participação.” (p. 8).

Nessa abordagem teórica, explicita-se as conexões entre a prática democrática de gestão e a participação dos sócios. Sem elas, não há como assegurar a identidade cooperativa e a coerência com seus princípios, por isto reafirma-se, mais uma vez, a relevância da educação cooperativista para ter sócios informados, capacitados e participativos nas assembleias e no cotidiano da cooperativa. Sem esse processo educativo, com a competitividade acirrada que as cooperativas enfrentam no mercado, há um risco eminente de reproduzirem a heterogestão nos seus processos decisórios.

4 A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Para alcançar os objetivos delimitados na pesquisa, optou-se por analisar as práticas educativas de uma Cooperativa de Crédito no que se refere à direção e ao quadro de colaboradores, tanto quanto à participação dos associados que teriam sido educados na ótica da cooperação. Antes, contudo, de adentrar na análise dos dados coletados nas entrevistas, far-se-á um breve panorama do cooperativismo de crédito para esboçar algumas peculiaridades desse ramo que, apesar de estar submetido a Lei nº 5.764/71, tem uma especificidade porque as cooperativas desse segmento compõem as instituições financeiras do país.

4.1 As cooperativas de crédito

Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, constituídas para prestar serviços aos associados, cujo regime jurídico é instituído pela Lei nº

5.764/71 (BRASIL, 1971). Elas se diferenciam das empresas capitalistas por possuir a finalidade de satisfazer as necessidades sociais e econômicas dos seus sócios, diferente das empresas capitalistas que se preocupam apenas em gerar lucro. O artigo 5º da Lei 5.764/71 diz que: “As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação”. (BRASIL, 1971).

Nessas condições, existem diversos ramos do cooperativismo no Brasil, dentre eles o ramo crédito que tem progredido significativamente no Brasil e no mundo.

Cooperativas de Crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, custódia, recebimentos e pagamentos, além de outras operações específicas e atribuídas pela legislação em vigor (PINHEIRO, 2008).

Conforme Singer (2002), o cooperativismo de crédito, em termos cronológicos, é o segundo ramo mais antigo, surgiu logo após as cooperativas de consumo. Iniciativa essa, não dos próprios interessados, mas, sim, de figuras políticas que se dispuseram ajudar os pobres por meio de instituições filantrópicas.

Antigamente o acesso ao crédito era exclusivo para aqueles que possuíam grandes propriedades, os pequenos produtores não tinham essa oportunidade e quando necessitavam, recorriam a agiotas que cobravam juros abusivos, impossibilitando a liquidação da dívida. Ainda sobre a procedência do cooperativismo de crédito, Singer (2002) afirma que:

Em sua origem, a cooperativa de crédito não é um intermediário financeiro, como o são os bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso a crédito mediante o financiamento mútuo. (p. 67).

A adesão a uma cooperativa, de acordo com o primeiro princípio do cooperativismo, é livre e voluntária, os associados admitidos integralizam um valor de quota-parte, fortalecendo o capital social da cooperativa e, ao mesmo tempo, contribuindo para o suporte das atividades financeiras. Os sócios passam a possuir direitos, deveres e obrigações com a mesma, pois além de clientes é direito e dever dos sócios participar das tomadas de decisões e resultados, pois nela os cooperados são donos, proprietários e usuários do empreendimento.

Como instituições financeiras, fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN), autorizadas a funcionar e reguladas pelo Banco Central (Bacen) da mesma forma que os bancos comerciais. Segundo Tecchio (2006), uma vez que as pessoas tomam conhecimento que elas

estão submetidas ao Bacen, tende a crescer a aceitação e aumentar a participação da sociedade nas cooperativas de crédito.

Pinheiro (2008, p. 7) ressalta que “As Cooperativas de Crédito são um importante instrumento de desenvolvimento em muitos países”. Não é diferente no Brasil. De acordo com o Banco Central, as cooperativas brasileiras administram ativos totais de R\$ 240 bilhões representando uma participação de 2,88% no total de ativos do SFN e dando-lhes a sexta posição no ranking das maiores instituições financeira do país. (TECCHIO, 2016).

As Cooperativas de Crédito disponibilizam resultados benéficos, principalmente nas comunidades em que os bancos não têm interesse em atuar, facilitando, assim, o crédito para as populações mais desassistidas. Singer (2002) ressalta os diferentes indicadores que intermediam a liberação mediante operações de crédito, entre os bancos e as cooperativas de crédito.

Nos bancos comerciais, é a qualidade profissional da gerência somada à riqueza de informações coletadas sobre candidatos a crédito que deve minimizar o risco de fazer empréstimo a pessoas que não merecem confiança. Ora, este sistema só se paga mediante operações de grande valor e por isso não se aplica a gente pobre. Como os membros da cooperativa se conhecem, são vizinhos e operam no mesmo ramo, o seu endosso vale mais que pareceres técnicos baseados em um conjunto padronizado de informações. É por isso que os criadores das cooperativas de crédito recusam a profissionalização da gerência e propõem em seu lugar a direção exercida diretamente pelos membros, sem remuneração. (p. 69).

Nesse sentido, podemos afirmar que as cooperativas de crédito conseguem fazer com que o dinheiro chegue às mãos do agricultor familiar, da costureira, do mecânico de automóveis ou do pipoqueiro, viabilizando seus projetos e alavancando seus negócios, contribuindo assim com o desenvolvimento econômico da comunidade, do município e da população, promovendo, em certa medida, a justiça social. A participação da população brasileira em Cooperativa de Crédito aumentou, desde 2012, em 27%, conforme dados do Banco Central do Brasil, em 2016. Elas estão presentes em 44% das cidades brasileiras, na Bahia, o crescimento é de 16% ao ano, acompanhando o ritmo nacional (TECCHIO, 2016).

A expansão do cooperativismo de crédito também ocorre por conta da maior compreensão da população sobre o que é o cooperativismo. Esse conhecimento se dá, em certa medida, pelas atividades de educação cooperativista realizadas pelas cooperativas nos municípios dos quais estão atuando, incentivando, assim, a participação dos sócios que levaria à autogestão e a democratização do crédito à parcelas da população que não tinham acesso devido às exigências bancárias.

4.2 O estudo de caso de uma Cooperativa de Crédito

A Cooperativa de Crédito estudada localiza-se no Território do Recôncavo no Estado da Bahia, mais precisamente no município de Governador Mangabeira, com um Ponto de Atendimento Cooperativo (PAC) no município de Cabaceiras do Paraguaçu.

O Território do Recôncavo é formado por dezenove municípios do estado da Bahia, abrangendo uma área de 5.221 km², com densidade demográfica de 107,4 habitantes/km² e população de 514.792 habitantes, sendo 66,9% da população residente em área urbana, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI).

O município de Governador Mangabeira foi criado em 14 de março de 1962, estende-se por 106,3 km² e contava com 19.818 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 186,4 habitantes por km² no território do município. Localiza-se próximo aos municípios de Cachoeira, Muritiba e Cruz das Almas (IBGE, 2010).

Cabaceiras do Paraguaçu foi elevado à categoria de município em 13 de junho de 1989, estende-se por 226 km² e contava com 17.327 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 76,66 habitantes por km² no território do município. Localiza-se próximo aos municípios de Aporá, Santo Estêvão e Sapeaçu (IBGE, 2010).

O Município de Itatim foi emancipado em 13 de junho de 1989, estende-se por 583,4 km², no último censo contava com 14.522 habitantes. A densidade demográfica é de 24,89 habitantes por km² no território do município. Localiza-se próximo aos municípios de Santa Terezinha, Tanquinho e Milagres (IBGE, 2010).

A Cooperativa de Crédito foi inaugurada em Itatim, em 2001. Entre 2003 e 2004 foi instalado um PAC em Governador Mangabeira, decisão essa através de Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada no município de Itatim. Em 2006 a sede da cooperativa foi transferida para Governador Mangabeira e, em 2009, foi aberto o PAC de Cabaceiras do Paraguaçu. Hoje a Cooperativa de Crédito atende aos municípios de Governador Mangabeira, Santa Terezinha, Elísio Medrado, Milagres, Iaçú, Castro Alves, Amargosa, Itatim, Cabaceiras do Paraguaçu, Sapeaçu e Cruz das Almas.

A Cooperativa de Crédito estudada é uma singular que está associada a uma Central, localizada no município de Serrinha. A Central é uma cooperativa de segundo grau com forma e natureza jurídica própria, constituída para prestar assistência às suas cooperativas filiadas. A história da Central está interligada com o surgimento da Associação das Cooperativas de Crédito, criada em 1999 com apoio de entidades ligadas aos movimentos sociais do estado da

Bahia. Após uma década de caminhada da organização social, foi criada a Central das Cooperativas de Crédito, desde a sua fundação a Central assumiu a missão de organizar, coordenar e fomentar o Cooperativismo de Crédito, promovendo a inclusão social através da provisão de produtos e serviços financeiros e educativos. Desse modo, a seguir é apresentado um organograma hierárquico das organizações para construção desta pesquisa.



Figura 1: Organograma hierárquico das organizações para construção desta pesquisa. Fonte: a autora.

4.3 Perfil dos/as entrevistados/as

As informações apresentadas a seguir foram coletadas através de dois roteiros de entrevista semiestruturado, um aplicado com 10(dez) associados e outro com 05(cinco) funcionários, 01(um) diretor-presidente que foi eleito na última assembleia, realizada em 2018, porém o mesmo já tinha uma relação com a cooperativa, pois exercia o cargo de gerência antes de candidatar-se ao cargo de gestor e 01(um) funcionário da Central das Cooperativas de Crédito, que hoje responde como diretor co-gestor. A tabela I apresentará a identificação dos cooperados e a tabela II dos funcionários e diretores. Serão utilizados nomes fictícios para manter o anonimato das pessoas envolvidas na pesquisa.

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Profissão/ocupação
Ana	43	F	Solteira	02	Médio Completo	Lavadora
Ítalo	55	M	Casado	02	Primeiro ano	Funcionário público e dono de estabelecimento
Marcos	59	M	Divorciado	02	Primeiro ano	Motorista/Lavrador
Ramon	38	M	Casado	01	Médio Completo	Lavrador
Luiza	21	F	Solteira	00	Superior em andamento	Estudante
Marilene	47	F	Divorciada	03	Superior em andamento	Gerente Administrativo
Fernando	37	M	Divorciado	01	Médio completo	Lavrador
Carlos	43	M	Casado	02	Superior em andamento	Funcionário público
João	50	M	Casado	03	Técnico Agrícola	Comerciante e produtor de leite
Aline	48	F	Casada	02	Superior Completo	Professora

Tabela 1: Identificação dos sócios/as da Cooperativa. Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

A faixa etária dos cooperados/as entrevistados/as varia de 21 a 59 anos, a maioria possui pelo menos 01 (um) filho. Apenas 02 (dois) cooperados não concluíram o ensino médio, 01 (um) possui curso técnico, 01 (um) possui nível superior completo e 03 (três) estão cursando nível superior, sendo que 02 (dois) deles cursam Gestão de Cooperativas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Em relação à ocupação profissional dos/as entrevistados/as a maioria exerce atividade agrícola, os/as demais possuem cargos públicos ou outras atividades assalariadas.

Entre os entrevistados/as, 40% já ocuparam cargos na Cooperativa de Crédito e 60% nunca ocuparam ou tentaram ocupar algum cargo, desses, apenas 02 cooperados têm a cooperativa como sua única instituição financeira. Quanto ao tempo de filiação, os entrevistados/as têm entre 03 a 14 anos na cooperativa. Os/as que possuem 14 anos se

consideram sócio/a fundador por ter sido um dos primeiros/as a se associar à cooperativa quando instalada no município de Governador Mangabeira, porém os mesmo não são sócios fundadores, pois a cooperativa foi fundada no município de Itatim.

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Profissão/ocupação
José	25	M	Solteiro	00	Superior Completo	Escriturário
Lucas	29	M	Solteiro	00	Superior em andamento	Agente de crédito
Maria	34	F	Casada	01	Médio Completo	Caixa
Rosa	22	F	Solteira	00	Superior em andamento	Escriturária
Joaquim	39	M	Casado	02	Técnico em contabilidade	Caixa
Mário	38	M	Casado	01	Pós Graduado	Administrador
Raul	33	M	Solteiro	00	Pós Graduado	Gestor da Cooperativa

Tabela 2: Identificação dos/as Funcionários/as e Dirigentes da Cooperativa. Fonte: Pesquisa de campo (2018).

A faixa etária dos funcionários/as e diretores entrevistados /as varia de 22 a 39 anos, a maioria não possui filhos/as. Uma funcionária possui apenas o ensino médio completo, os demais possuem, no mínimo, um curso técnico. Ressalta-se que um funcionário possui graduação em Gestão de Cooperativas na UFRB e outro está cursando a mesma graduação na mesma instituição de ensino. O diretor presidente possui pós-graduação em gestão pública e o diretor co-gestor possui pós-graduação em finanças corporativas.

Em relação à função exercida pelos funcionários na Cooperativa de Crédito, há dois caixas; um para cada agência, um agente de crédito, dois escriturários; um desenvolve atividades internas e outro atendimento. Além dos funcionários há três estagiários, dentre eles a pesquisadora. Os estagiários realizam todas as atividades que estejam no nível de alçada da cooperativa, respeitando as limitações e carga horaria contratual.

Sobre o tempo de filiação, todos os funcionários/as se associaram a cooperativa por conta do vínculo empregatício, pois para receber salários ou benefícios é necessário ser sócio da cooperativa. O tempo de filiação dos funcionários/as e diretores varia de 2 a 8 anos.

4.4 Caracterização da Cooperativa

A Cooperativa de Crédito instalou-se no município de Governador Mangabeira entre os anos de 2003 e 2004, com o intuito de oferecer um modelo de negócio que colabora para o desenvolvimento socioeconômico, tanto dos cooperados quanto das comunidades predominantemente rurais, desassistidas do sistema financeiro tradicional.

Atualmente a cooperativa possui cerca de 4.000 sócios, desses, cerca de 1.500 são ativos. A cooperativa tem como objetivo social desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços. Além disso, proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas e oferecer a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Na narrativa dos cooperados/as entrevistados/as, a Cooperativa de Crédito é apresentada como uma instituição financeira na qual eles/elas têm facilidade em acessar créditos com taxas de juros baixas, com facilidade na contratação e liberação, além de ressaltarem que o atendimento é diferenciado. Observou-se nos relatos que alguns cooperados/as denominam a cooperativa de banco, isso demonstra a dificuldade em entender e diferenciar as instituições que, apesar de prestar serviços semelhantes a um banco convencional, as Cooperativas de Crédito possuem finalidades diferentes.

Percebemos nas entrevistas que a maioria se associou apenas para obter os benefícios oferecidos pela instituição financeira, poucos mencionam interesse pelos princípios cooperativistas.

Ao indagar funcionários/as e diretores sobre as vantagens de ser sócio de uma Cooperativa de Crédito, uma das funcionárias responde que a única vantagem relaciona-se às taxas de juros baixas e acessíveis, os demais afirmam que os benefícios vão além de taxas menores, como por exemplo, a facilidade na comunicação com a direção, a forma de atendimento, circulação maior de recursos no município, o trabalho social. Em suma, a Cooperativa de Crédito, diferente das outras instituições financeiras tradicionais, oferece aos seus cooperados/as uma relação de amizade, parceria, gerando benefícios para todos os envolvidos, ou seja, na concepção dos funcionários/as e diretores a Cooperativa de Crédito difere de outras instituições financeiras por ser acolhedora.

4.5 O processo da educação cooperativista

Um dos princípios do cooperativismo é a gestão democrática, nesta os sócios devem participar ativamente das tomadas de decisões e na formulação das políticas da cooperativa, elegendo representantes que ficarão à frente do empreendimento, gerindo de forma responsável e transparente.

A Assembleia Geral, de acordo com a lei 5764/71, é o órgão supremo das organizações associativas. É nessa reunião que os sócios ficam informados sobre o caminhar da cooperativa, se no exercício anterior houve sobras ou perdas, tomam decisões importantes para o desenvolvimento e conservação, além de votar na eleição de novos membros responsáveis pela gestão do empreendimento.

Na Cooperativa de Crédito estudada, a AGO acontece uma vez ao ano, conforme a lei, com o prazo máximo de 30 de abril de cada ano. Na última assembleia, realizada no ano de 2018, além de apresentar os resultados do exercício de 2017, ocorreu eleição de novos membros para compor a diretoria da cooperativa. Nessa assembleia houve a presença de 56 sócios e 13 visitantes.

Dos sócios entrevistados, 50% participaram da última assembleia, porém todos já haviam participado de pelo menos uma AGO. Na entrevista, ao questionar sobre as assembleias gerais, Luiza (21 anos) relata que nem sabia que existia assembleia geral. Na época, ela se associou, pois a cooperativa possui uma parceria com a Faculdade que ela estuda e, através dessa parceria, os sócios da cooperativa que também são estudantes da instituição de ensino recebem um desconto no pagamento das mensalidades. Após alguns anos sendo sócia, ela soube que a cooperativa estava realizando seleção para contratação de estagiários, a mesma participou da seleção, foi classificada e a partir desse momento passou a conhecer de fato a organização a qual fazia parte.

Essa experiência descreve e afirma o quanto é indispensável o trabalho de educação cooperativista, defendido pelos autores Schneider (2003), Vieira e Ricci (2007) citados anteriormente. Eles afirmam que a educação cooperativista deve ser trabalhada de forma contínua e permanente.

Todavia, a Cooperativa de Crédito estudada foi escolhida, como objeto empírico do estudo, por conta dos membros da organização afirmarem existir atividades de educação cooperativista para com os cooperados/as e seus colaboradores. Desse modo, questionou-se aos funcionários/as e diretores se os mesmos conheciam ou já ouviram falar em educação cooperativista e qual o entendimento sobre o tema tratado.

Entre os funcionários/as, todos já ouviram falar sobre educação cooperativista, a maioria afirma que a educação cooperativista é divulgar o cooperativismo, a cooperativa e seus produtos. É ensinar e mostrar as pessoas à importância da cooperativa na sociedade. Rosa (22 anos) considera que a educação cooperativista está para além dessas contestações, a mesma relata que:

Pra mim hoje no âmbito do cooperativismo é o fator essencial! Acho que tudo parte do princípio da educação, porque hoje a educação é o que dá norte ao empreendimento. Se ela não tiver uma educação de base, aquela educação que transforma do início, pra você ensinar ao seu sócio o que é cooperativa, como funciona uma cooperativa, quais são os seus direitos, quais são os seus deveres, a cooperativa não consegue funcionar da maneira adequada. Então, hoje é o que mais falta nas cooperativas e é o fator mais importante. (Rosa, 22 anos).

Os diretores afirmam conhecer o tema educação cooperativista e consideram ser uma forma de capacitação para as pessoas em âmbito geral do desenvolvimento social e econômico, conforme os relatos:

[...] educação cooperativa é você trabalhar o cooperativismo em todos os seus aspectos não só da cooperativa de crédito ou de produção ou de serviço, mas o cooperativismo como alternativa ao capitalismo, como mostrar as pessoas que há outra forma de prover os recursos da comunidade, conseguir falar uma linguagem diferenciada e ao mesmo tempo inclusiva, eu acho que a educação cooperativista vem muito daí. (Raul, 33 anos).
A educação cooperativa é você tá capacitando as pessoas e despertar a consciência do que é o cooperativismo, qual a importância dele para o desenvolvimento local e qual o papel dele enquanto cooperado de uma instituição cooperativa. (Mário, 38 anos).

Schneider (2003) considera que a educação doutrinária é fundamental para nortear as práticas cooperativas, pois é trabalhando os valores e princípios do cooperativismo que cria entre os agentes da cooperação a afinidade e motivação para cooperar e continuar cooperando.

Em relação aos princípios do cooperativismo, apenas dois funcionários recordaram todos os princípios. Um funcionário disse que participou de algo que falava sobre, mas já tinha um bom tempo. Dois funcionários afirmaram não conhecer os princípios. Os diretores afirmaram conhecer, porém não souberam relatar.

Considerando a importância da capacitação dos colaboradores, questionou-se se os mesmos já participaram de algum momento de formação/capacitação promovido pela cooperativa. Todos os funcionários/as e diretores afirmaram ter participado de algum momento de formação ofertado pela cooperativa, alguns mais vezes que outros. Por exemplo, os funcionários/as que exercem a função de caixa têm maior dificuldade em participar, pois não

têm ninguém que possa substituí-los na função. Como a maioria das formações é realizada em outro município, na Central de Cooperativas da qual a singular que compõe o estudo é filiada, localizada em Serrinha, os funcionários/as teriam que se deslocar para participar das atividades ofertadas. Quando as formações são realizadas na cooperativa de Governador Mangabeira, essas são voltadas exclusivamente para produtos e serviços (taxas de juros, vantagens, forma de contratação, garantias), ocorrem normalmente após o expediente e é ministrada por algum funcionário que possua experiência no assunto, ou se for necessário, a cooperativa pode demandar da Central a ida de um funcionário a fim de realizar o treinamento, atendendo a demanda solicitada.

Acerca dos temas abordados nas formações realizadas, apenas uma funcionária citou o tema educação cooperativista, os demais citaram temas voltados para capacitações nas vendas dos produtos e serviços, inadimplência, renegociação e taxas de juros.

Os diretores relataram que estão participando de um curso de Capacitação em Gerenciamento de Cooperativas de Crédito – GERCOOP. Esse curso tem duração de nove meses e os participantes irão se aprofundar nos assuntos do sistema financeiro nacional; fundamentação do cooperativismo; normativas para cooperativas de crédito; governança cooperativa; operacionalização das políticas de crédito de repasse; gestão de risco de crédito; gestão estratégica de pessoas; gestão de singulares e postos de atendimento; elaboração do plano de ação e apresentação.

Sobre a cooperativa conseguir implementar o quinto princípio do cooperativismo, o diretor presidente dá ênfase aos aspectos mercadológicos, ou seja, a competição que a cooperativa enfrenta com as demais instituições financeiras, dificulta a realização de formações que abordem os princípios do cooperativismo.

Sim, é um trabalho árduo, a gente vem tentando, mas é difícil porque a gente tá sempre tentando ter a ideia do princípio cooperativista como nossa baliza, como nosso normativo principal, mas a gente trabalha no mercado e os próprios funcionários, dirigentes e colaboradores de uma forma geral tá sempre precisando trazer resultado, então é um paradigma você trabalhar a questão do viés solidário, trabalhar a questão do cooperativismo, trabalhar a questão dos princípios cooperativistas em paralelo a isso também tá tendo que brigar que nem fera no mercado por resultados, o que não diferencia a gente nesse aspecto dos funcionários de instituição bancária tradicional (Raul, 33 anos).

Vieira e Ricci (2007) afirmam que “o estímulo à educação e aprimoramento dos cooperados e de seus dependentes é importante e fundamental em cooperativismo.” (p. 04). Assim, indaga-se aos funcionários e diretores se na cooperativa existem atividades de

educação/formação para os sócios. Uma funcionária não soube informar, dois funcionários afirmaram existir atividades e citaram que um dos temas mais trabalhados é a educação financeira, outro funcionário relatou que a cooperativa possuía uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, através dessa entidade, conseguiria curso para os associados e para as associações parceiras.

Esses funcionários explicam que essas atividades acontecem de acordo à demanda dos sócios e das associações. José (25 anos) diz que a frequência das atividades de educação realizada pela cooperativa vai de acordo à disponibilidade da comunidade, como a maioria dos sócios são agricultores é complexo reuni-los, porém quando as associações comunitárias se reúnem mensalmente, eles estão presentes. Contudo, Joaquim (39 anos) relata que essas atividades já ocorreram semanalmente, atualmente ocorre semestralmente.

No entanto, a funcionária Rosa (22 anos) afirma que no início da sua contratação a cooperativa realizava atividades de formação. Ela declara que a cooperativa hoje não realiza nenhum trabalho de educação/formação para os seus cooperados. Para ela, as atividades educacionais devem ser contínuas, que causem impacto, resgatando os sócios inativos e agregando novos sócios defensores do cooperativismo.

Não é uma coisa continua que tem um impacto geral, você faz um trabalho que é esquecido, ele não permanece. Antes era o ano todo, a gente tinha um planejamento anual de começar no início do ano uma atividade e só terminar em dezembro, e hoje a gente não tem isso, hoje a gente faz atividades alternadas e que não têm impacto que a gente gostaria. A gente consegue buscar novos sócios com atividades realizadas? Não! A gente consegue trazer os sócios inativos de volta pra cooperativa? Não! Isso por que a cooperativa não trabalha mais em campo, então ela não tem um trabalho de educação porque ela não consegue fazer nada que a educação supostamente pela central propõe, então não tem! A gente não tem nenhum desses benefícios. (Rosa, 22 anos).

Ao comparar as falas dos diretores Mário, Raul e as dos funcionários, percebe-se uma controvérsia sobre a realização de atividades de educação/formação para os cooperados. Raul (33 anos) afirma que existem atividades, porém as mesmas não são realizadas com a mesma frequência de uns anos atrás. Mário (38 anos), por sua vez, relata que atualmente na cooperativa não existe atividades de educação cooperativista, mas é uma preocupação da Central a singular voltar a realizar esse trabalho de educação, pois considera que a educação cooperativista é algo estratégico.

Nessa análise, percebe-se que cada colaborador tem uma forma diferente de interpretar o que considera ser o trabalho de educação cooperativista. Para uns, o fato de realizar encontros

e atividades, mesmo com baixa participação, já é algo relevante, todavia, outros consideram que atividades educacionais sem impacto social e com pouca participação é improdutivo. Vieira e Ricci (2007) defendem que “A educação constante do homem para a sua cooperação o torna participativo e comprometido com o sistema, o transforma em defensor intransigente do postulado cooperativo.” (p. 04).

A fim de verificar a percepção dos sócios sobre as propostas de educação cooperativista apresentadas pelos colaboradores da Cooperativa de Crédito estudada, pergunta-se aos sócios se já participaram de algum momento de formação promovido pela cooperativa e quais temas foram tratados. Dos 10 (dez) sócios entrevistados, 01(um) disse que não se recordava de ter participado e 04 (quatro) afirmaram já ter participado de algum momento de formação. Desses 04 (quatro), 03 (três) já tiveram ou têm algum cargo na cooperativa. Ramon (38 anos) fez parte do conselho fiscal e foi eleito na última assembleia para o conselho administrativo. Por conta disso, está participando do projeto de formação GERCOOP, porém relata que antes de possuir cargo na cooperativa, já participou de atividades na sua comunidade, cujos temas tratados foram cultura da mandioca, cultura da laranja, cooperativismo e associativismo, afirma, ainda, que todas essas formações foram ofertadas pela cooperativa.

Aline (48 anos) já fez parte do conselho fiscal e participou da mobilização para a instalação da Cooperativa de Crédito em Governador Mangabeira. Ela conta que na época participava junto com a associação de agricultores familiares da sua comunidade. Nesse início, ocorreram diversas reuniões com o sindicato, as associações e a sociedade em geral. Existia a preocupação de esclarecer o que era o cooperativismo e quais seriam as vantagens de ter uma Cooperativa de Crédito na região. Aline relata que após a instalação da cooperativa, nunca mais ela ouviu falar ou participou de atividades promovidas pela cooperativa, com exceção das assembleias.

Ana (43 anos), sócia há quase três anos, nunca teve cargo na cooperativa. Afirma já ter participado de vários momentos de formação promovido pela cooperativa, entre eles o de educação financeira ministrado pela pesquisadora. Essa atividade foi a última formação realizada na cooperativa por exigência do Banco Central. Este exige que todas as cooperativas realizem atividades de conscientização sobre o uso do crédito a fim de diminuir a carteira de risco e endividamento da população. Sobre as atividades e temas abordados ela relata:

Já, já participei! Os técnicos sempre fazem formação lá e sempre estamos participando. Lá mesmo na associação, eles ensinaram como fazer adubo orgânico, como fazer compostagem, tudo isso a gente já participou, tivemos a oportunidade de participar. O último que participei foi no mês de abril, a

data não me lembro, foi a que você apresentou. Aquela de educação financeira. (Ana, 43anos).

Essas atividades e temas apresentados pelos cooperados Ramon e Ana, com exceção a de Educação Financeira, são atividades realizadas pela organização social. Essa organização social possui a mesma sigla de denominação que a Cooperativa de Crédito, porém o foco dessa organização é prestar assistências técnicas de extensão rural para associações contempladas em chamadas públicas do governo do estado. Eventualmente acontece das associações comunitárias e agricultores familiares da comunidade que serão atendidas pela organização social pertencerem ao quadro de associados da Cooperativa de Crédito. Isso faz com que os cooperados da Cooperativa de Crédito, atendidos pela organização social, não consigam distinguir as duas instituições, uma vez que os mesmos também não conseguem diferenciar qual instituição está ministrando a formação.

Quando os cooperados foram questionados se já ouviram falar em educação cooperativista e, em caso positivo, qual era a compreensão deles sobre a temática, as respostas demonstraram a distância entre o que era narrado pelos representantes da cooperativa e, de fato, o que acontece na prática. Dois cooperados afirmam não saber do que se tratava. Marcos (59 anos) acredita que a educação cooperativista é o sócio ter direito a desconto ou bolsa de estudo na faculdade. Marilene (47 anos) supõe que é transmitir de maneira clara e participativa o que é um empreendimento cooperativo. Luiza (21 anos) afirma que a educação cooperativista é parte da comunicação, ensino e formação que os funcionários devem repassar aos cooperados. João (50 anos) considera que é trazer o sócio para mais perto e mostrar a eles que a cooperativa vai além de obter crédito pessoal e Carlos (43 anos) ressalta que ainda existe uma carência de atividades que proporcionem a educação cooperativista e que esta deveria ser trabalhada na fase inicial da vida, conforme relato:

Nós temos uma carência muito forte, embora o Brasil viva mais de cem anos de cooperativismo. A educação cooperativista é preparar muito mais que nos espaços das escolas ou das universidades. Preparar a sociedade para um novo momento, para se relacionar com a sociedade, então a educação cooperativa ela deve ser estabelecida no berço, nos primeiros passos da criança, ela deve está discutindo ou vendo ou praticando com a família, da ideia de educação cooperativa ou de cooperativa. como cooperar é um ato de mutualidade, de trocas, de benefícios por ambas as partes, educação cooperativa ela perpassa por essa formação da pessoa enquanto ainda é jovem, enquanto ainda é criança. (Carlos, 43 anos).

Sobre os direitos e obrigações dos sócios, dois cooperados não conheciam. Os demais consideram que os direitos e obrigações perpassam pela responsabilidade em cumprir com as

dívidas contratadas por eles. Ana (43 anos) ressalta o direito de participar dos resultados, sejam eles positivo ou negativo, assegura que “*Se a cooperativa tiver no ótimo, tá todo mundo no ótimo, se a cooperativa descer, desce todo mundo junto!*”. Marcos (59 anos) afirma conhecer os direitos e obrigações dos sócios e que um deles é ser dono da cooperativa e estar sempre se comunicando com a direção para manter-se informado do que acontece e como está o andamento da cooperativa.

Para os cooperados entrevistados, ser sócio de uma cooperativa significa ser participativo, presente e ter a facilidade em acessar o crédito nos momentos mais difíceis. Para eles, a cooperativa sempre vai estar à disposição, fortalecendo e atendendo às necessidades dos seus cooperados. Conforme relatos:

Significa está em uma instituição que na hora que a gente mais precisa ela está de portas abertas para nos servir, diferente dos bancos que já tem outro olhar, você tem uma conta lá e na hora que você mais precisa ele não olha, as vezes até acha que você não tem condições de pagar aquelas operações de crédito. (Ramon, 38 anos).

É muito mais do que um correntista de qualquer banco, ser sócio de uma cooperativa de crédito é você ser pertencente, é você está enxergando que você tem condições de investir o teu recurso e assegurar esse investimento, que ele vem com retornos, ganhos, rentabilidade muito mais acessível, muito mais presencial do que no banco convencional. Aliás, diga-se de passagem que eu sou testemunha disso, sou correntista em outros bancos, assim como aqui na cooperativa e lá nos bancos convencionais se perde mais do que se ganha na cooperativa de crédito, ser correntista ou ser de poupança, você tem a garantia do seu investimento, o seu dinheiro permanece e só aumenta isso lhe dá um conforto e segurança de ser um cooperado nessa instituição. (Carlos, 43anos).

A educação cooperativista, além de fomentar o cooperativismo e os seus princípios, desenvolve o interesse pela participação. Vieira e Ricci (2007) afirmam que:

O estímulo à educação e aprimoramento dos cooperados e de seus dependentes é importante e fundamental em cooperativismo. A própria participação do cooperado, desde que comprometida e solidária, já é uma forma de educação prática do homem no convívio com a sociedade. O desenvolvimento da educação é uma decorrência da preocupação da doutrina com o aperfeiçoamento do homem, permitindo que ele se eduque adquirindo conhecimentos indispensáveis à prática do cooperativismo. (p. 04).

Nessa perspectiva, é indispensável analisar se existe uma participação mais efetiva dos cooperados no cotidiano da cooperativa. Desta forma, sonda-se sobre a avaliação da participação nos processos rotineiros do empreendimento por parte dos próprios associados. Ana (43 anos) afirma participar do cotidiano, considera que sua participação é boa devido á aproximação que tem com os colaboradores da cooperativa. Ítalo (55 anos) assegura participar

do cotidiano, pois todos os dias ele está lá, ainda avalia que sua participação é ótima. Alguns cooperados informaram estarem um pouco distante da cooperativa ultimamente, por conta disso, eles consideram que a participação deles deve ser melhorada. Os demais afirmaram participar e avaliaram a participação como boa e ativa.

Avaliando a participação dos outros sócios, Marilene (47 anos) acredita que os outros sócios não são participativos. Para ela, os cooperados só aparecem na cooperativa quando necessitam de algo. Já Ana (43 anos) considera que *“tem alguns que a participação é boa, também não pode ser todo mundo a mesma participação, pois cada um pensa de um jeito diferente né”*. Outro entrevistado, Ramon (38 anos) avalia que:

Na verdade, o povo do nosso Recôncavo não tem a cultura ligada a questão do cooperativismo, ainda é muito tímida comparada as regiões do sisal, sertão, mas que a gente tem feito alguns trabalhos ano passado que têm amenizado essa mente do povo. E eu creio que isso futuramente vai tá melhorando muito mais, fortalecendo essa mente, essa cultura que ainda não se tem do cooperativismo. (Ramon, 38 anos).

Sobre como são tomadas as decisões na cooperativa, um sócio não soube informar. Marilene (47 anos) imagina que seja através de assembleia. Já Ítalo (55 anos) acredita ser pela diretoria. Ana (43 anos) relata que existem as decisões internas, porém na assembleia geral são tomadas as decisões com todos os sócios juntos. Carlos (43 anos), João (50 anos) e Aline (48 anos) consideram que as decisões relevantes que podem comprometer o desenvolvimento da cooperativa, como, por exemplo, a nova diretoria, novas políticas a serem implementadas devem ser apreciadas pela assembleia geral. Já as decisões sobre situações diárias, sistêmicas e administrativas o presidente tem autonomia para tomá-las.

Bordenave (1985) relata sobre a educação para a participação. O autor afirma que a participação *“pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão.”* (p.72). Para ele, a qualidade da participação se eleva por distintos motivos, dentre eles, quando as pessoas aprendem a conhecer a sua realidade, refletir e entender os significados possíveis da palavra participação. O autor ressalta que a origem da palavra participação advém da palavra parte e que as respostas sobre o significado da participação será; fazer parte, tomar parte ou ter parte. Sobretudo o autor pondera que: *“A prova de fogo da participação não é quanto se toma parte mas como se toma parte.”* (p. 23).

Justamente sobre o significado atribuído à participação pelos associados, a maioria considera que participar é tomar parte e fazer parte da organização cooperativa. Alguns consideram que o fato de estar inserido na cooperativa já é um ato de participação, outros acreditam que participar é estar por dentro do que acontece, ou seja, o cooperado só é

participativo se tomar parte, apenas fazer parte não é participar. Dos sócios entrevistados, 60% deles se consideram participativos. Outros 20% não se consideram e os demais 20% se consideram pouco participativos, mas afirmam que pretendem melhorar essa realidade.

Nessa perspectiva, os sócios podem até se considerar participativos, conforme os relatos apresentados, porém, em contrapartida, os mesmos não se fazem presentes no dia a dia da Cooperativa de Crédito. Percebe-se que os sócios demonstram o interesse de acompanhar os acontecimentos cotidianos ou acessar registros e informações, tendo em vista que os mesmos buscam movimentar suas contas ou conversar sobre assuntos rotineiros, não relacionados à cooperativa. Também se observa nas assembleias gerais uma baixa participação nas decisões, pois os cooperados não expõem seus pensamentos e opiniões, bem como muitas vezes levantam a mão, mas não sabem quase nada sobre o que está sendo tratado, uma vez que, em sua maioria, as AGO possuem uma linguagem muito técnica. Ao final dessa análise observa-se que as atividades apresentadas pela cooperativa como processo de educação cooperativista não são suficientes para fomentar o cooperativismo, seus princípios e gerar uma participação efetiva no cotidiano da organização e nos espaços decisórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico, da pesquisa de campo e das observações realizadas durante os estágios possibilitaram analisar a experiência da educação cooperativista em uma Cooperativa de Crédito, no município de Governador Mangabeira. As atividades que tinham por finalidade a educação cooperativista ocorreram mais recentemente por exigências do Banco Central, entidade reguladora do setor de crédito. Outras formações citadas pelos cooperados nas quais estiveram presentes não foram realizadas pela Cooperativa de Crédito, mas pela organização social que tem a mesma denominação e alguns associados comuns. A cooperativa em si, realizou algumas atividades de educação cooperativista, porém estas têm aproximadamente dois anos. Atualmente não existe um trabalho de educação/formação para os sócios da cooperativa estudada. Contudo, em algumas reuniões realizadas com os novos diretores e conselheiros observa-se a preocupação em voltar a fazer esse trabalho de campo, pois a não realização dessas atividades vem afastando os associados da cooperativa.

Os cooperados entrevistados, mesmo aqueles que participaram de atividades de formação, ainda são desconhecedores do cooperativismo e dos seus princípios. Essa constatação revela a necessidade da educação cooperativista ser contínua e permanente, como defendida por Schneider (2003). Devido à incipiente compreensão da natureza cooperativa por

parte do quadro social, detecta-se que não existe uma participação efetiva dos sócios no cotidiano da organização, tampouco parece existir um exercício mais democrático nos processos decisórios, provocada pelas atividades de formação ofertadas pela Cooperativa de Crédito.

Percebe-se que a Central a qual a Cooperativa de Crédito está vinculada possui uma preocupação com a formação dos colaboradores e dos cooperados. Para que as formações sejam realizadas, a cooperativa singular repassa uma contribuição financeira para a Central, que, por sua vez, realiza diversos eventos e formações. A pesquisadora ao iniciar o estágio remunerado, participou durante quatro dias na Central de diversas atividades. Os temas abordados eram voltados para o cooperativismo, como exemplos, a Lei 5.764/71, as leis que regem as cooperativas de crédito, educação cooperativista e um breve histórico do cooperativismo no Brasil. Além dessas temáticas, foram apresentados os produtos e serviços oferecidos pela cooperativa, o código de ética e uma plataforma com cursos a distância que os colaboradores poderiam fazer com direito a certificados, isto incluindo os estagiários.

Nesse contexto, pode-se afirmar que existe um processo de formação para os colaboradores da cooperativa, porém não participam ativamente nem de forma constante. O fator deslocamento, que gera custo para a cooperativa, e a falta de rotatividade das funções, se alguns funcionários se ausentarem não haverá quem os substitua, impõem sérios limites para a capacitação mais qualificada dos funcionários. Todavia existe a plataforma de Educação a Distância (CRESOL EAD) que disponibiliza cursos de formação, no entanto nenhum dos funcionários citou ter realizado algum curso online. A maioria deles nunca acessou o site da plataforma de ensino.

Ao final desse estudo percebe-se o quanto é importante o desenvolvimento da educação cooperativista. Esta proposta educativa não perpassa apenas pelo conhecer o que é uma cooperativa ou os serviços que a mesma oferece. A educação cooperativista é a base para entender um novo modelo de economia, baseada na solidariedade, na ajuda mútua. É através da educação cooperativista que as pessoas compreendem o verdadeiro sentido da palavra “cooperar”. Os princípios do cooperativismo, os direitos e obrigações dos sócios, a participação efetiva, o poder de pertencimento, tudo isso floresce a partir da prática educativa que enfatiza a cooperação nos rumos do empreendimento. A educação cooperativista é sim um caminho para a cooperação, porém com diz Whatkins “Não pode haver cooperação sem cooperadores, e os cooperadores, diferentemente dos poetas, não nascem, se fazem” (apud SCHNEIDER, 2003. p. 131).

Em suma, entende-se que a Cooperativa de Crédito estudada precisa desenvolver atividades de formações contínuas para seus sócios a fim de promover a educação cooperativista. Além disso, necessita desmistificar o fato da Cooperativa de Crédito não ser um banco, incluir no seu planejamento as atividades destinadas à formação dos cooperados, ainda que estas possam ser realizadas em parceria com a organização social, urge que haja uma compreensão por parte dos associados em comum a filiação que mantêm com duas entidades distintas. Por fim, estimular a participação mais efetiva, fazendo com que os cooperados possam efetivamente praticar a autogestão.

REFERÊNCIAS

- ACI. Aliança Cooperativa Internacional. Portal do cooperativismo financeiro. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2017.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Lei no 5.764, 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1971.
- GAIGER, L. I. Empreendimento Econômico Solidário. In: CATTANI, A. D., et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 181-187.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- LAGO, A. Educação cooperativa: a experiência do programa do SICREDI "A união faz a vida". **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco, 20 a 23 julho 2008. 18 p.
- LAVILLE, J. -L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: CATTANI, A. D., et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.
- MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. D., et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 26-30.
- OCB. Sistema OCB, 2016. Disponível em: <governancacoop.brasilcooperativo.coop.br>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- PINHEIRO, M. A. Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6 ed. Brasília: BCB, 2008.
- SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. **Educação cooperativa e suas práticas**, Brasília, 2003. 13-57.
- SEI. Indicadores Territoriais, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/reconcavo.pdf> Acesso em: 14 Ago. 2018.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TECCHIO, C. Banco pra quê? O negócio é cooperativa de crédito. In: **A Tarde especial cooperativismo**, Salvador, p. 6-7, jul. 2016.
- VIEIRA, Arlete C. M.; RICCI, Fabio. Educação cooperativista percebida como capacitação doutrinária e prática da cooperação para a excelência das ações. In: Encontro Internacional de Economia Solidária "O discurso e a prática da economia solidária", 5., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NESOL, ITCP-USP. 2007. p. 1-14.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. In: **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Artmed, 2010.

APÊNDICE 1 –

Roteiro Semiestruturado de Entrevista

Pesquisa: Educação Cooperativista: Um caminho para a cooperação?

Graduanda: Anerita Oliveira de Almeida Neta

1. Identificação:

1.1 Nome:

1.2 Escolaridade:

1.3 Estado Civil:

1.4 Sexo:

1.5 Idade:

1.6 Tem filho(s):

1.7 Cor/raça:

1.8 Renda Familiar:

1.9 Profissão/ocupação

2. Cooperativa de crédito

2.1 Há quanto tempo o/a senhor(a) é sócio(a) dessa cooperativa?

2.2 O/A senhor(a) tem ou já teve algum cargo na cooperativa? Se sim, qual?

2.3 Por que o/a senhor(a) é sócio/filiado? Quais as razões para estar na cooperativa.

2.4 Para o/a senhor /a, o que é uma cooperativa de crédito?

2.5 A cooperativa de crédito é sua única instituição financeira?

2.6 Quantos funcionários trabalham na cooperativa?

2.7 Como está organizada a direção/gestão da cooperativa? Se não, quais as outras?

2.8 Como é a relação dos associados com a direção do empreendimento?

2.9 Para você o que faz um diretor/gestor do empreendimento?

3. Educação Cooperativa

3.1 O/A senhor/a conhece o processo de criação da cooperativa?

3.2 O/A senhor/a sabe quando ela foi fundada? Por que ela foi criada?

3.3 O/A senhor/a conhece a missão da cooperativa? Se sim, qual é?

3.4 Para o/a senhor/a, o que significa ser sócio de uma cooperativa de crédito?

3.5 O/A senhor (a) sabe quais são os direitos e as obrigações dos/as associados/as?

3.6 O/A senhor/a já participou de algum momento de formação promovido pela Cooperativa?
Se sim, quando? Quantas vezes? Quais os temas que foram tratados?

3.7 Na sua avaliação, há conquistas na cooperativa? Se sim, quais?

3.8 Para o/a senhor/a, a cooperativa enfrenta dificuldades? Se sim, quais?

3.9 Com base na sua experiência de vida, o que é cooperar?

3.10 Já ouviu falar em educação cooperativa? Se sim, o que é a educação cooperativa, na sua opinião?

4. Participação

4.1 O/A senhor(a) já participou de alguma atividade organizada pela cooperativa? Se sim, relate a(s) atividade(s)

4.2 O/A senhor/a participa do cotidiano da cooperativa? Como avalia sua atuação/participação?

4.3 Como avalia a participação dos outros associados na cooperativa de crédito?

4.4 O/A senhor/a tem acesso aos registros e informações da cooperativa?

4.5 Como são tomadas as decisões na cooperativa?

4.6 O/A senhor/a já participou de alguma assembleia da cooperativa? Se sim, quantas? Quando? Lembra-se do que foi tratado na assembleia?

4.7 O/A senhor/a conhece outros associados da cooperativa? Se sim, como é a relação entre os associados?

4.8 Como avalia a relação entre os associados e a cooperativa?

4.9 O/A senhor/a participou da última eleição para a direção da cooperativa? Justifique sua resposta.

4.10 O/A senhor/a conhece os critérios para ser eleito membro da direção da cooperativa?

4.11 Na sua opinião, o que significa participação?

4.12 Você se considera um sócio participativo?

APÊNDICE 2 –

Roteiro Semiestruturado de Entrevista

Pesquisa: Educação Cooperativista: Um caminho para cooperação?

Graduanda: Anerita Oliveira de Almeida Neta

1. Identificação:

1.1 Nome:

1.2 Escolaridade:

1.3 Endereço:

1.4 Estado Civil:

1.5 Sexo:

1.6 Idade:

1.7 Tem filho(s):

1.8 Cor/raça:

1.9 Tempo de filiação:

1.1.0 Profissão/ocupação

Dirigente Colaborador x

2. Cooperativa de Crédito

2.1 O/A senhor/a sabe o ano no qual a cooperativa foi criada? Por que ela foi criada?

2.2 Como foi a eleição da direção da cooperativa?

2.3 Os funcionários têm participação na eleição da direção?

2.4 Como foi/foram constituída(s) a(s) chapas para compor a eleição da direção?.

2.5 Há quanto tempo o/a senhor/a trabalha na cooperativa?

2.6 Qual foi seu último emprego antes da cooperativa? (Somente para os funcionários)

2.7 Compare o seu trabalho atual em relação ao anterior? (Somente para os funcionários).

2.8 Qual a missão da cooperativa?

2.9 A cooperativa tem quantos funcionários?

2.1.0 Quantos associados possuem? Quantos são ativos?

2.1.1 Como está organizada a direção/gestão da cooperativa?

2.1.2 Como se dá a tomada de decisão?

2.1.3 Como é o funcionamento do Conselho Fiscal da cooperativa?

2.1.4 Qual a periodicidade da realização da assembleia?

2.1.5 Quantos associados participaram da última assembleia?

2.1.6 Os funcionários participam da assembleia?

2.1.7 Os funcionários são sócios da cooperativa?

2.1.8 Como é a relação com a Central que a cooperativa pertence?

2.1.9 Na sua avaliação, quais as vantagens de ser sócio de uma cooperativa de crédito?

2.2.0 Há cooperativa enfrenta dificuldades? Se sim, quais as principais, na sua opinião?

3. Educação Cooperativista

3.1 O/A senhor/a já participou de algum momento de formação/capacitação promovido pela Cooperativa? Já Se sim, quando? Quantas vezes? Quais os temas que foram tratados?

3.2 Com base na sua experiência de vida, o que é cooperar?

3.3 Já ouviu falar em educação cooperativa? Se sim, o que é a educação cooperativa, na sua opinião?

3.4 O/A sabe se na cooperativa existe atividades de educação/formação para os sócios? Se sim, quais os temas abordados?

3.5 Qual é a frequência de realização dessas atividades? (SOMENTE PARA RESPOSTA POSTIVA)

3.6 Como é feita a divulgação dessas atividades? (SOMENTE PARA RESPOSTA POSTIVA)

3.7 Quantos associados participaram da última atividade realizada pela cooperativa? (SOMENTE PARA RESPOSTA POSTIVA).

3.8 Se há atividades educativas para os associados, como elas são organizadas? Quem são os responsáveis? Como são produzidos os materiais que são trabalhados? Qual a metodologia utilizada?

3.9 O/A senhor sabe se na cooperativa há algum projeto específico para trabalhar a educação cooperativa?

3.10 Se sim, em sua opinião, quais os resultados que esse trabalho de educação tem oferecido?

3.11 Qual é a frequência da realização dessas formações/capacitação?

3.12 Por favor, estabeleça uma comparação, com base na sua experiência, de uma cooperativa com um banco.

3.13 O/A senhor/a conhece os princípios do cooperativismo? Se sim, quais?

3.14 O que o senhor pensa sobre o 5º princípio - Educação, formação e informação?

3.15 Na sua avaliação, a cooperativa consegue implementar o 5º princípio com os associados? Funcionários? Diretores? Justifique sua resposta.

3.16 Na sua opinião, quais os principais desafios para o cooperativismo de crédito?